

SITUAÇÃO DAS LÍNGUAS CLÁSSICAS NA ITÁLIA

Carlo SANTINI *

Em 1979, a dar por findo um debate bastante antigo no âmbito cultural italiano, o ensino do latim foi suprimido na escola média (escola secundária inferior).(1) Acentuava-se, contudo, entre os objectivos do ensino, o reforço da formação linguística, na qual se deveria incluir também a referência à origem latina da língua italiana e à sua evolução histórica. Por isso, uma disposição legal de 1982 exige ao futuro docente de disciplinas literárias na escola média a frequência na universidade de pelo menos um curso de língua ou de literatura latina.

Para uma melhor compreensão do sistema da escola secundária superior, é oportuno fazer algumas considerações prévias.(2) Actualmente, o estudante faz a sua opção relativamente ao latim e ao grego no momento da inscrição, ou seja, escolhe um tipo de escola superior que preveja ou não o ensino do latim e do grego. No ano lectivo de 1984-85, a percentagem de estudantes que optaram por um tipo de escola onde se ensina o latim e o grego (Liceu Clássico) foi de 8,11% e por um tipo de escola onde se ensina só o latim (Liceu Científico, Instituto de Magistério) de 20,95%.(3) Há dois decénios, ou mais, que se discute um projecto de escola secundária superior unificada, que compreenda disciplinas de uma área comum e disciplinas numa área opcional (entre as quais se situariam o latim e o grego, tornando-se assim disciplinas de opção). Uma proposta de lei neste sentido foi aprovada pelo Senado da República em Março de 1985, mas recentemente algumas forças políticas distanciaram-se de tal projecto de lei, pelo que não é possível prever quando arrancará a reforma da escola secundária. Tal reforma virá a ter, obviamente, consequências relevantes no sector do ensino das duas línguas clássicas

* Professor de língua e literatura latina na Universidade de Perugia.

cas, no que respeita à determinação dos currícula e dos objectivos. À pergunta do colega WOLFING posso, portanto, responder que o ensino do grego não é, na Itália, independente do do latim.

Assim, actualmente o latim é ensinado no Liceu Clássico durante cinco anos (com 5-5-4-4-4 horas semanais), no Liceu Científico durante cinco anos (com 4-5-4-4-3 horas semanais), no Instituto de Magistério durante quatro anos (com 5-3-4-3 horas semanais) e no Liceu de Línguas (não estatal mas reconhecido pelo Ministério da Instrução Pública) durante os dois primeiros anos (com 3-3 horas semanais). Os programas apresentam diferenciações entre os diversos tipos de escola. Em geral, os dois primeiros anos são reservados essencialmente ao estudo da morfologia e da sintaxe latina e da morfologia grega e os anos seguintes à leitura dos autores e ao estudo da literatura. É precisamente contra tais programas, considerados pela maior parte como arbitrários e incongruentes, que, no âmbito do debate sobre a revisão dos currícula, se dirige a crítica dos teóricos da didáctica.

No que diz respeito ao ensino das línguas clássicas na universidade, a legislação de 1982 acima referida exige que o plano de estudos do aluno compreenda dois cursos de latim (e de grego) para que a licenciatura seja considerada título de admissão à docência das literaturas italiana e latina (e latina e grega) na escola secundária superior. Como consequência, aumentou sensivelmente o número de estudantes que frequentam tais cursos.

Paralelamente, verificou-se uma melhor articulação e diversificação dos cursos universitários das chamadas disciplinas da antiguidade. Em particular, está agora em funcionamento em muitas Faculdades de Letras e de Magistério o ensino da Didáctica das Línguas Clássicas.

Nenhuma referência foi ainda feita ao ensino da língua latina, e eventualmente também da grega, com vista a determinados perfis profissionais, como o de operador no sector dos bens culturais, exigência que, ao invés, deveria ser bastante sentida num país como Itália.

Pergunta: Quantos anos dura o curso de grego?

Resposta: O curso de grego, que existe só no Liceu Clássico, dura cinco anos, tal como o de latim; começa e acaba ao mesmo tempo que o de latim. Convém frisar que (até agora) só há liberdade na escolha do tipo de escola; dentro do tipo de escola escolhido, o latim é obrigatório (tal como o é o grego no Liceu Clássico).

G. HALL

pergunta: Existem em Itália traduções e comentários que possam ser utilizados no curso? São também usados textos em latim tardio?

C. SANTINI: Há uma série de volumes com o texto latino ou grego, a tradução e o comentário. Estes textos são graduados aos diversos níveis de aprendizagem. No mercado encontram-se também publicações que seguem uma perspectiva temática, por exemplo, sobre a agricultura romana, o exército romano e o problema da paz entre os antigos.

WULFING

acrescenta: Existem excelentes exemplos de textos escolares em Itália. As editoras LOESCHER, LA SCUOLA E MONDADORI têm feito a este respeito consideráveis esforços. Seria desejável que um ou outro desses livros fosse traduzido em alemão.

SANTINI: No que se refere à utilização de textos em latim tardio, humanísticos e de autores posteriores é tema de discussão por dois motivos: para os italianos é muito importante recuperar a continuidade histórica da sua língua e revalorizar períodos até agora descurados. Hoje em dia, nas próprias gramáticas gerais italianas se procura sublinhar o aspecto evolutivo da língua desde as suas origens romanas. O segundo motivo é a vontade de estabelecer uma diferenciação profissional dos currícula: é óbvio que a um futuro professor do liceu convém uma competência do latim mais literária do que a do farmacêutico ou de um bibliotecário, ou dos afectos aos bens culturais. Estes últimos obtêm, talvez, maiores vantagens da leitura de autores como MURATORI OU MABILLON (sec. XVII).

MICHELE COCCIA, da Universidade de Roma "La Sapienza":

Seja-me permitido acrescentar duas informações: uma sobre o início contemporâneo, na escola superior italiana, do estudo do latim e do grego. Isso é uma consequência do facto de o latim ter sido definitivamente eliminado da escola média obrigatória em 1977. Os resultados desta compressão são péssimos: os jovens são sujeitos a um esforço de aprendizagem demasiado pesado. A outra respeito à

"liberalização do acesso às Faculdades universitárias", posta em prática a partir de uma lei de 1969. Por exemplo, as Faculdades de Letras e Filosofia podem ser frequentadas mesmo por alunos provenientes dos Institutos Técnicos, geralmente privados da formação cultural e dos instrumentos necessários. Definiria isto como um logro demagógico jogado em prejuízo dos jovens.

Gostaria de concluir com uma nota menos pessimista: enquanto os nossos governantes se assanhavam contra as línguas clássicas, nas nossas Faculdades humanísticas os cursos de latim e de grego tornavam a encher-se de estudantes. Além disso, um livro, *Tityre tu patulae* (Edições MURSIA, Milão), que reúne, no original e em tradução, os textos latinos fundamentais para os estudantes da minha e das gerações passadas, atingiu um tão merecido quanto inesperado sucesso editorial. Auguro o mesmo êxito para um pequeno livro, *Nove poeti latini*, (Edições RADIO ITALIANA, Turim), no qual recolhi uma série de leituras que, transmitida há algum tempo pela rádio italiana, teve um elevado número de ouvintes.

NOTAS

1. N.T. Para uma melhor compreensão das informações do texto, apresentamos um breve esquema do sistema escolar italiano pré-universitário:

1. Ensino Pré-primário: SCUOLA MATERNA: dos 3 aos 6 anos. Facultativo.

2. Ensino Primário: SCUOLA ELEMENTARE: dos 6 aos 11 anos

3. Ensino Secundário: Inferior (SCUOLA MEDIA: dos 11 aos 14 anos)

Superior	LICEO CLASSICO	} dos 14 aos 19 anos
	LICEO SCIENTIFICO	
	LICEO ARTISTICO	
	LICEO LINGUISTICO (privado)	

ISTITUTO MAGISTRALE: dos 14 aos 18 anos

(formação de professores do ensino primário)

SCUOLA MAGISTRALE: dos 14 aos 17 anos
(formação de educadores infantis)

ISTITUTO TECNICO: dos 14 aos 19 anos
(com diversas especializações profissionais)

2. Ulterior informação sobre a situação italiana oferece-a P. WULFING em "Didaktische Informationen" in Anzeiger für Altertumswissenschaft, Nº 7, 1984, Innsbruck, pp. 101-104.
3. ISTAT, Bollettino Mensile di Statistica 8/9, 1985.